

## **MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE AO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

**Aluna: Nana Vasconcelos Orlandi**

**Orientador: Alvaro Ferreira**

### **Introdução**

O espaço geográfico, locus da reprodução das relações sociais de produção, segundo o geógrafo Milton Santos (1985), deve ser analisado através do uso associado das categorias estrutura, processo função e forma. Com isso temos que a estrutura, matriz social onde, no decorrer do processo, as formas e funções são criadas e justificadas, não se desenvolve de forma sincronizada no tempo e no espaço. Logo, se torna inevitável o surgimento de contradições e da ação de diferentes atores sociais que acumuladas originam um processo de transformação na formação social.

Nesse sentido, temos que as relações sociais não prescindem do espaço para ocorrerem e dialeticamente constroem espacialidades. Assim, considerando o espaço vivido e sendo a espacialidade socialmente construída não é possível ignorarmos as diversas lutas simbólicas travadas no espaço urbano, em que está em questão a própria representação de mundo e, mais especificamente, da metrópole.

As áreas metropolitanas brasileiras são, na atualidade, uma das expressões espaciais mais acabadas de nossa formação social refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevaletentes no país (ABREU, 1987). Com a metropolização do espaço não só as práticas espaciais, mas também as identidades dos lugares ficam sujeitas aos códigos metropolitanos. Acreditamos que esse processo guarda ligação com o discurso da associação entre modernização, progresso e desenvolvimento. No entanto, essa tendência de homogeneização, que submete o espaço à lógica do mercado mundial, transformando-o em objeto de troca (mercadoria), não se realiza sem tensões e sem conflitos.

Os lugares são o mundo que eles reproduzem de modo específico individual e diverso. Eles são singularidades, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares (SANTOS, 2006). Nesse sentido, é possível, conforme nos mostra Massey (2000), pensar em um sentido global do lugar.

Na atual fase do capitalismo, cada vez mais os lugares estão sujeitos à necessidade de criação de novos espaços que atendam às exigências de acumulação que muitas vezes é motivada por lógicas e estratégias em escala mundial. Com a instalação de capitais globalizados impõe-se sobre o território a adaptação às suas necessidades de fluidez, através de investimentos pesados que acabam por alterar a geografia das áreas escolhidas. Ou seja, a fim de potencializar a eficiência econômica são introduzidas novas formas modernas de dominação através de técnicas de manipulação cultural.

O *city marketing* nesse processo vem se apresentando como o principal instrumento de política urbana através do qual se produzem discursos e imagens de uma alternativa para situações de crise vinculados a promessas de manejo de altas tecnologias e da informação (SANCHEZ, 1999).

Tendo tal processo em vista, temos como exemplo e base para esse estudo o chamado Projeto de Revitalização do Porto do Rio, que, como pretendemos demonstrar, está fielmente incluído na reprodução dessa lógica que vem se impondo sobre os espaços. Tal projeto vem sendo idealizado à semelhança de modelos implementados em zonas portuárias de outras

idades do mundo como, por exemplo, Barcelona, Portugal e Buenos Aires, funcionando por si como táticas internacionalizantes.

Se o processo globalização, como veremos, por um lado ocasiona a multiplicação das visões fragmentadas do mundo, por outro, de acordos com os interesses dos atores hegemônicos, origina a necessidade de criação de um discurso unificado em escala global que esta intrinsecamente ligado à realidade técnica atual, sendo também por ela sustentado.

Tal processo tem implicações ainda mais perversas se levarmos em consideração que hoje a técnica, que ganha força pela sensação de que tudo dela depende, é sem dúvida mais aceita do que compreendida (SANTOS, 2006). Esse pensamento que se propõe único e universal trata-se de um discurso ideológico que, em sua vertente urbana, configura políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade com base na figura da cidade-modelo (SANCHEZ, 1999).

A chamada Zona Portuária, formada principalmente pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, devido a sua localização teve uma importância estratégica no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, tanto no seu aspecto econômico e político quanto no seu aspecto cultural, já que a cidade até o início do século XVIII se restringia basicamente a essa região central.

Seu valor histórico é inestimável. A mão-de-obra escrava e operária ocupou o local desde seus primórdios. Lá padeceram os negros dos primeiros trapiches do sal; lá se instalou o mercado de escravos que se localizava na Rua do Valongo, atual Camerino; lá foram louvados os deuses africanos na Pedra do Sal; lá viveu e trabalhou um grande contingente de escravos e libertos; lá estão as raízes da música popular brasileira.

Depois de 1808, com a transferência da corte portuguesa e a transformação do Rio de Janeiro em nova sede do governo português, a situação da área que formaria os futuros bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, bem como grande parte da cidade, sofreria mudanças significativas. O grande desenvolvimento das atividades econômicas a partir desta época, baseadas principalmente no comércio de importação e exportação, privilegiou significativamente a área do porto. A construção de trapiches, depósitos e pontos de atracação intensificaram-se em todo esse trecho do litoral carioca (PECHMAN, 1987).

Durante a segunda metade do século XIX, os morros que acompanhavam o litoral dessa área foram sendo urbanizados a partir das encostas próximas às ruas de maior movimento. No final da década de 1850, por ocasião da implantação da estrada de ferro Dom Pedro II, os morros da Providência, na encosta voltada para a planície, e da Formiga já eram ocupados por um número considerável de moradores (PECHMAN, 1987).

A necessidade de construção de um porto para a cidade do Rio de Janeiro começou a tomar forma após 1850, repercutindo nos meios capitalistas através de uma verdadeira febre de projetos de construção de cais, molhes, docas, armazéns, aterros, ramais ferroviários, maquinário para carga e descarga, etc.

A abolição da escravidão, a proclamação da República e a chegada de levas sucessivas de estrangeiros eram acompanhadas por novas idéias e ideais, novos valores e novos modos de vida. As palavras de ordem passaram a ser modernizar, higienizar, civilizar. Era preciso renovar, reformar, regenerar a cidade. Para adequar o Rio de Janeiro às novas estruturas econômicas e sociais foi implementada, pela primeira vez na história do país, uma ampla política de renovação urbana. Entre 1903 e 1906 foram realizadas pelo governo federal e a prefeitura profundas transformações no espaço urbano da capital da República.

O monumental projeto de renovação voltava-se prioritariamente para as zonas antigas e centrais da cidade, constituindo-se o novo porto o pólo irradiador dessa renovação. O conjunto de obras do porto compreendia, além da construção do novo cais, o aterro do litoral da Prainha, do Valongo e dos sacos da Gamboa e do Alferes, da Praia Formosa e ainda do prolongamento do canal do Mangue até o mar. Sobre o espaço aterrado foram construídas duas largas avenidas interligadas: a Rodrigues Alves, ao longo do cais, e a Francisco Bicalho, às margens do octogonal. A imensa superfície restante foi urbanizada segundo padrões

modernos: ruas largas, quadras regulares de traçado ortogonal, lotes de grandes dimensões (DELGADO, MARTINS, 2003).

As obras de renovação da cidade e do porto atingiram a região em estudo com relativa intensidade. Apesar da destruição de parte das moradias que lá havia, os antigos bairros marítimos absorveram levas de população de poucos recursos desalojadas pelas demolições que se repetiam na cidade.

O século XX irrompeu como um verdadeiro vendaval sobre a região. Mas, passado o momento inicial, a década de cinquenta traduziu-se na acentuação das características já existentes. Os bairros portuários ficaram, de certa maneira, à margem da cidade, no tempo e no espaço. No tempo porque enquanto a cidade se modernizava através da verticalização da área central e de bairros como Copacabana, na Saúde, na Gamboa e em Santo Cristo as formas se cristalizavam, as atividades permaneciam, as tradições se perpetuavam. Marginalizados também no espaço pela sua própria conformação geográfica. À margem até do porto, uma vez que o grande aterro afastou definitivamente os antigos bairros marítimos do mar, e as áreas aterradas nunca chegaram a se integrar realmente com as áreas antigas. Os elos de ligação com a cidade iam sendo rompidos lentamente, isolando aos poucos os três antigos bairros portuários.

No início dos anos de 1940 a cidade do Rio de Janeiro foi novamente submetida a uma cirurgia urbana de grandes proporções: a abertura de uma longa avenida, arrasando vários quarteirões edificadas e densamente povoados. Era a Avenida Presidente Vargas, novo eixo de ligação entre a Avenida Rio Branco e os acessos à cidade. Mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, outra grande obra viária foi realizada: a construção da Avenida Perimetral (DELGADO, MARTINS, 2003)..

Essas duas obras públicas tornaram-se marcantes elementos de encapsulamento dos bairros portuários. A Avenida Presidente Vargas acentuou a ruptura na continuidade espacial separando a Saúde, a Gamboa e o Santo Cristo dos bairros da Cidade Nova. O elevador da Avenida Perimetral rompeu a contigüidade dos três bairros com o elemento que lhe empresta o nome: o próprio porto. Os bairros portuários ficaram, assim, definitivamente compartimentados, isolados do restante da cidade.

As intervenções que ali ocorreram foram decorrentes de ações pontuais. Ao longo da história, a zona portuária não se transforma do mesmo modo que o restante da cidade, ou seja, através do processo ininterrupto de construção, demolição e reconstrução. Lá, não se derrubam casas para levantar arranha-céus. Ao contrário, uma vez estabelecidas aquelas formas se cristalizam, preservando através da sua imagem o passado da cidade.

Em decorrência dessa importância histórica, no início dos anos de 1980, foi implementado o Projeto SAGAS (Figura 2) - cujo nome é formado pelas iniciais dos três bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde - impondo para essa área regras imobiliárias diferenciadas. Tal projeto propôs nova legislação que preserva o uso residencial e o patrimônio arquitetônico e cultural da área. Em consequência desse projeto, foi assinado um decreto, em 1985, considerando grande parte dos bairros de interesse para fins de proteção ambiental. No ano seguinte, outro decreto tombou definitivamente 23 edificações e nove pinturas de bares. Para nós, está claro que nesses bairros, as ruas e as casas, o espaço urbano e o arquitetônico preservam não só as suas formas, mas a vida que se passa dentro delas. Não são casas vazias, mas cheias de vida e integradas. Saúde, Gamboa e Santo Cristo são, pelas suas próprias características, os mantenedores de tradições e de modos de vida que já foram tipicamente cariocas.

Apesar de ser a primeira centralidade da cidade do Rio de Janeiro, e local em que, ainda hoje, encontra-se o Porto do Rio de Janeiro, quarto maior do Brasil, na área portuária do Rio de Janeiro o processo de degradação permanece. Esse processo se tornou ainda mais intenso na década de 1960, quando, à semelhança das zonas portuárias de outras diversas cidades, iniciou-se um processo de obsolescência de parte de suas áreas e estruturas em decorrência de mudanças tecnológicas no carregamento, transporte e armazenamento dos

produtos (contêineres), embarque e etc. Essas mudanças transformaram também o mercado de trabalho nas áreas portuárias com a diminuição do número de empregados nos portos.

Esses fatores, somados ao abandono por parte do poder público, contribuíram com a obsolescência da área do porto e com o esvaziamento dos bairros vizinhos tanto em suas atividades econômicas relacionadas ao apoio portuário, quanto à infra-estrutura urbana e ao número de moradores na região. Hoje esses bairros apresentam uma grande atividade comercial e ainda abrigam uma população significativa, em geral de baixa renda. Nesses bairros estão localizadas ainda pelo menos quatro ocupações por grupos dos chamados sem-teto, como por exemplo, a Ocupação Machado de Assis, que traz novas questões ao debate, sem dúvida político, de como se deve intervir na área.

Tais fatores apontados até aqui tornam evidente que qualquer intervenção que se realize nessa área deveria ser fruto de um intenso debate com a comunidade do lugar e com a população da cidade de maneira geral. Caso contrário, corre-se o risco de mais uma vez se iniciar um processo de exclusão social, o que estaria em desacordo com as garantias da Constituição Federal e de leis fundamentais como, por exemplo, o Estatuto Urbano.

A denominada revitalização dessa área, que hoje vem atraindo muitos olhares, não é uma novidade e já vem sendo proposta por governos anteriores, porém nunca houve uma situação que permitisse a concretização desse projeto tão grandioso. Neste momento, está configurada uma situação na política do Rio de Janeiro que abre novas possibilidades para que o projeto saia do papel, já que temos uma aliança inédita entre os governos Federal, Estadual e Municipal. Com isso, cada ente federativo está comprometido dentro de suas competências a concorrer para a realização do projeto de revitalização, o que o torna mais real e possível do que os projetos anteriores, tanto financeiramente - tendo em vista que parte do projeto está incluído nos orçamentos do PAC, programa federal para acelerar o crescimento econômico - quanto politicamente.

Um exemplo dessa viabilidade atual é um estudo realizado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em 2003 chamado “Relatório Final sobre o Aproveitamento Imobiliário da Região do porto do Rio”, que aponta como um dos principais obstáculos para a revitalização da área a impossibilidade de uso dos imóveis federais que estariam desocupados na época, é evidente que com a situação atual tal empecilho já estaria superado. Nesse sentido, o ponto de irradiação de tais idéias está centrado no governo local, mas com o apoio fundamental dos outros dois entes federativos em associação fundamental com a mídia e instituições supranacionais como, por exemplo, o BID.

Outro fato que vem contribuindo para que creiamos que tal projeto dessa vez sairá do papel é a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para ser sede das Olimpíadas de 2016. Isso porque, assim como ocorreu em Barcelona nas Olimpíadas de 1992, o projeto de candidatura carioca, que tem promovido a cidade diante do Comitê Olímpico, está vinculado à realização da revitalização da zona portuária e a outras obras a ela vinculadas<sup>1</sup>. Ou seja, pela primeira vez esse projeto vem sendo apresentado como uma realidade, configurando-se um compromisso político e econômico representando a grande reforma urbana projetada para os próximos anos na cidade do Rio de Janeiro. A realização desses megaeventos se apresenta como uma grande oportunidade para promoção da cidade representando um instrumento de grande valia para os operadores do *city marketing*.

Nesse processo mostra-se fundamental a articulação dos meios de comunicação e informação articulados aos interesses hegemônicos como instrumento chave na produção da subjetividade coletiva na busca de um consenso que beira à passividade (VAINER, 1999). Tais imagens produzidas além de cristalizar usos incentivam o consumo de serviços ligados às atividades de cultura e lazer através dos quais medir-se-ia a experiência de cidade.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido Fernanda Sanchez, em seu texto “A (in)sustentabilidade das cidade vitrine criou uma imagem realmente ilustrativa : “ De fato, os governos municipais estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária e, com tal objetivo seus governantes assemelham-se à figura do caixeiro viajante, abrindo catálogo de venda de seu produto-cidade.

Esse projeto, que hoje é colocado como prioritário, teve algumas de suas ações, principalmente no que se referem à primeira etapa, anunciadas em um evento, que contou com a participação de políticos e empresários, realizado no Porto do Rio de Janeiro incluindo a presença dos representantes dos governos Municipal, Estadual e Federal, que juntos anunciaram o início das obras para o mês de outubro do ano de 2009. Chamada também de reestruturação urbana, tal ação visa o incremento da atratividade, construção do patriotismo de cidade e sobretudo a criação de um clima de credibilidade e confiança por parte de potenciais investidores.

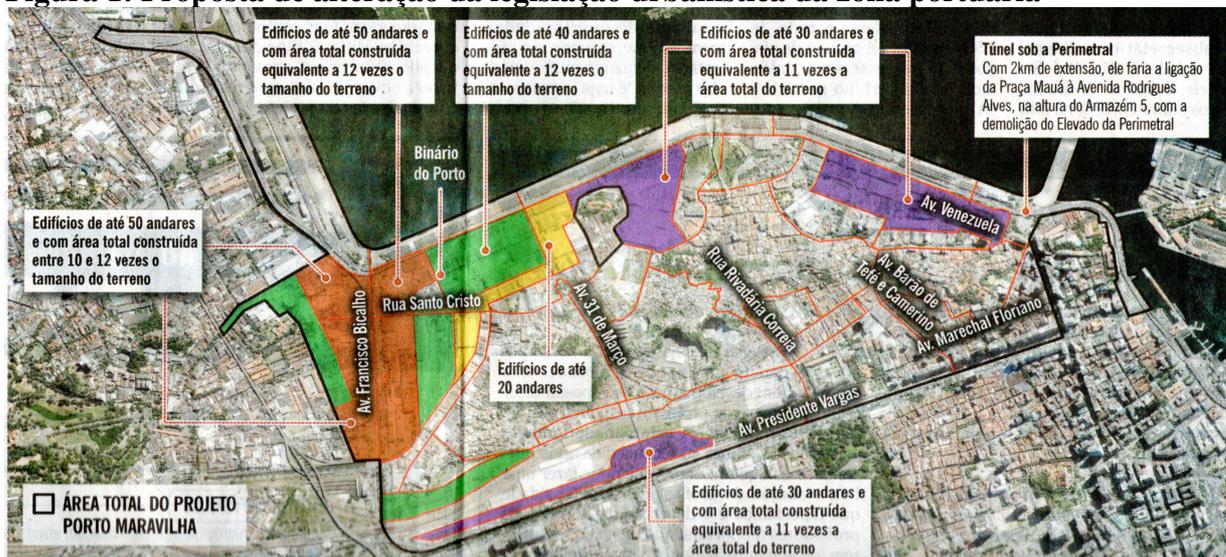
Entre as medidas anunciadas temos a derrubada de uma parte do Elevado da Perimetral (entre o Mosteiro de São Bento e a Rodoviária Novo Rio) e a mudança do ponto de atracação dos navios de turismo. Além dessas ações mais ostensivas outras muitas mudanças e muitos investimentos (públicos e privados) estão sendo previstos para a área. Um exemplo seria a construção nos Armazéns 5 e 6 do Museu do Amanhã (que trataria de temas referentes à “sustentabilidade”) e a instalação de Uma Pinacoteca através da recuperação de um imóvel localizado na Praça Mauá. O dois museus seriam implantados em parceria com a Fundação Roberto Marinho e seus custos de 150 milhões de reais serão divididos entre recursos da Prefeitura e da União.

Tais mudanças seriam necessárias para uma segunda etapa do projeto denominado de Porto Maravilha. Esse projeto prevê a instalação de toda infra-estrutura que permitiria a constituição de um grande pólo turístico, comercial e residencial.

O objetivo do plano residencial é atrair população para morar nesses bairros. Segundo a prefeitura a população alvo a princípio seria na faixa salarial de três a seis salários mínimos e os investimentos seriam destinados à recuperar alguns casarios onde seriam implantadas moradias. Para esse plano estarão disponíveis 34 milhões de reais, sendo 24 milhões provenientes de financiamentos da Caixa Econômica Federal e o restante fazendo parte do orçamento da prefeitura.

Paralelamente a isso, a prefeitura anunciou uma medida através da qual pretende autorizar a construção por parte da iniciativa privada de espigões de até 50 andares na região, incluindo trechos dos bairros de São Cristóvão, Cidade nova, Saúde Gamboa, Caju e Santo Cristo, em troca de recursos para investir em infra-estrutura urbana na região. A proposta de lei divide a região em 30 setores, cada um com suas regras correspondentes, podendo o uso ser comercial, residencial ou os dois (Figura 1).

**Figura 1: Proposta de alteração da legislação urbanística da zona portuária**



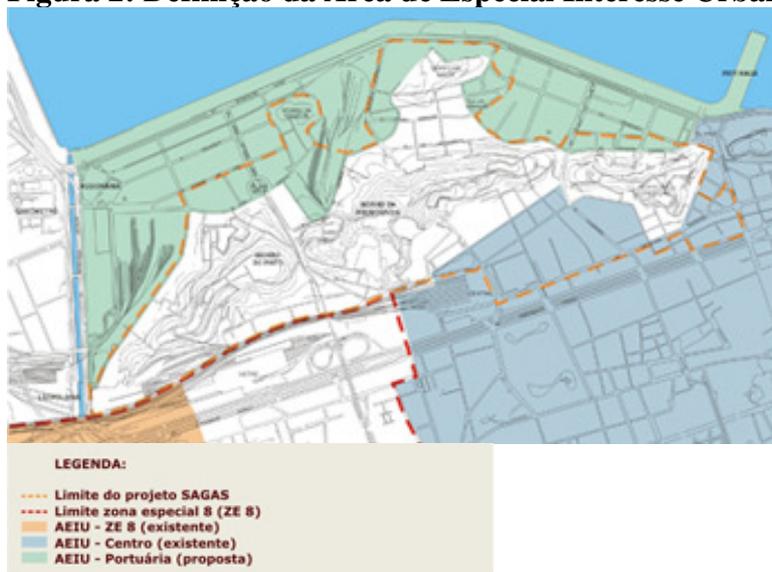
Fonte: Jornal O Globo dia:04/08/09

A revitalização do Porto do Rio, como vem sendo apresentado, é um projeto de tamanha grandiosidade que vai depender de modificações na legislação urbanística – que

define a área do porto do Rio como basicamente industrial – para transformá-la em área residencial, comercial e mista, dependendo dos interesses. Somado à isso foi anunciado que a segunda fase do projeto seria custeada por investimentos privados através da venda no mercado de “Certificados de Potencial Adicional de Construção” (CEPAC), que são títulos que darão à empreendedores direitos construtivos gerados por tais modificações na lei. No caso dos espigões, por exemplo, os Cepac dariam direito à construção acima do gabarito determinado pela prefeitura. O projeto já foi entregue para votação na Câmara de Vereadores e os entusiastas do projeto aguardam ansiosamente sua aprovação. Esse mecanismo evidencia sua vinculação à lógica global de desenvolvimento da sociedade capitalista.

O Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária do Rio pretende, nas palavras do prefeito, “requalificar tais espaços urbanos através da melhoria de sua acessibilidade e a reativação econômica da área”. Entre as ações já implantadas temos a criação de uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) entre as Avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Rio Branco com parâmetros urbanísticos diferenciados e regras para as operações de parceria público-privada (Figura 2). Além disso, temos a criação de um novo Plano Viário para a região, mesclando a criação de vias estruturais com a retomada do caráter das vias tradicionais como, por exemplo, partes das Ruas da Gamboa, União e Santo Cristo; a aprovação de um novo Plano de Alinhamento definindo os limites entre os espaços públicos e privados e a elaboração de um Banco de Terras contendo dados sobre os terrenos e edificações livres e subutilizados, para consulta pelos investidores potenciais.

**Figura 2: Definição da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)**



Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/>

Diante da forma de como o projeto vem sendo divulgado, está claro que se alinha a interesses de grandes atores econômicos e vinculados a grandes projetos internacionais. A partir desse contexto, temos que “outros códigos provenientes de outros atores sociais insatisfeitos com o senso comum reprodutor de clichês oficiais encontram dificuldades para ganhar espaço e expressão.” (SANCHEZ, 1999, p.157)

Nesse sentido, o chamado projeto de Revitalização da Zona Portuária, que concebe aquele espaço como se fosse neutro, vazio e ausente de vida vem tomando cada vez mais forma. O importante, segundo o discurso que sustenta essas decisões políticas, é que tais intervenções motivem dinâmicas transformadoras, alavancas para o desenvolvimento, ainda que a resultante para tais espaços reforce a fragmentação social.

No entanto, o que vemos é que essa região, na verdade, representa uma grande centralidade para um grande número de pessoas que moram, trabalham, consomem e circulam por ali, tendo seus próprios usos dos espaços urbanos e seguindo sua lógica. Quando se fala de direito à cidade, isso inclui o direito de acesso à essa centralidade, propriedade essencial do espaço urbano, e, portanto, a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória e segregadora (LEFEBVRE, 1972).

Mas não só isso. O direito à cidade inclui o direito à reunião e ao encontro na medida em que os objetos e os lugares devem estar de acordo com a necessidade de vida social e de um centro. Nesse contexto, Lefebvre (1972, p. 32) conclui que o “direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação.”

Apesar de apresentar esse exemplo que hoje representa um ponto chave no processo de metropolização da cidade, reconhecemos que ele como centralidade se irradia para outras várias partes, inclusive áreas distantes da região central, transformando os usos tradicionais do espaço público que se torna cada vez mais restrito e controlado. Isso se mostra ainda mais evidente numa cidade como o Rio de Janeiro, que historicamente tem a rua como lugar de encontro (de todas as espécies, pacíficos ou não) e de intensa produção cultural.

## **Objetivos**

Primeiramente, podemos apresentar como objetivo de ordem geral a intenção de analisar como o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro alinha-se ao discurso do chamado desenvolvimento, criando imagens e discursos que se impõem como legítimos, condicionando um conjunto de ações voltadas para a adaptação das cidades aos tempos e espaços da globalização. Essa relação se torna ainda mais contraditória tendo em vista que o lugar da reprodução das relações de produção é também o cotidiano do trabalho e do lazer, que se encontra extremamente ligado ao consumo; ou seja, os tempos livres são cada vez mais comercializados e os hábitos da cidade estão cada vez mais modificados.

O espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais; sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou mesmo deixado ao acaso e abandonado, nesse caso passando de uma situação à outra. Talvez a grande batalha deva centrar-se na necessidade de romper com a ocultação e buscar desvelar essa dominação do espaço.

Diante disso, em um primeiro momento buscou-se analisar os movimentos sociais no contexto de metropolização da cidade do Rio de Janeiro com um enfoque multidimensional, que permita a análise de diversos aspectos e formas de expressão de ações coletivas. Além disso, pretende-se que essa análise seja feita de forma multiescalar, de maneira que se possa perceber a interação do global com o local e suas resultantes. Assim, o processo analisado não se limita à cidade do Rio de Janeiro já que diversos governos locais vêm investindo expressivos recursos em projetos de revitalização de áreas. A arquiteta Fernanda Sanchez (1999, p. 162), nesse sentido, afirma que

“a revitalização e a renovação urbanas, quando tornadas espetáculo da cidade que se apresenta em sintonia com os impulsos globais, constroem a referência simbólica de uma possível convivência e complementaridade entre a cidade competitiva e a cidade sustentável. (...) A própria noção de revitalização é a representação carregada de valor: acaso sugere que no espaço “revitalizado” não haveria antes nenhum tipo de vida social, recriada agora mediante gesto do planejador?”

Com isso busca-se a análise crítica de um procedimento corrente e desastroso, do qual Lefebvre (1972) já nos chamava atenção: implementam-se as necessidades, as funções, os lugares, os objetos sociais, num espaço supostamente neutro, indiferente, objetivo e depois disso se estabelecem os vínculos.

Projetos como esse podem desencadear os denominados processos de gentrificação através dos quais se promove práticas de reapropriação de espaços pelo mercado através de

operações urbanas que lhe conferem novo valor econômico e simbólico geralmente orientando-os para o consumo residencial ou de serviços das camadas médias. (SANCHEZ, 1999)

No entanto, temos que o território não é um dado neutro nem passivo. Tendo isso em vista, nos chama atenção o fato de que os três bairros incluídos nos projetos apresentados, Gamboa, Saúde e Santo Cristo, apresentam pelo menos 20 mil habitantes, de acordo com estatísticas apresentadas pelo IPP no ano 2000. Nosso objetivo maior seria analisar as mudanças que tais projetos poderão trazer para essa população, assim como para pequenos empresários que ali têm seu negócio comercial ou ainda para grupos sociais ou culturais que ali atuam.

A tendência é que se produza uma verdadeira esquizofrenia já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os atores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Porém, as ações no território e no lugar têm um papel ativo na formação da consciência, que surge a partir de contra-racionalidades, as quais do ponto de vista da racionalidade dominante são chamadas de irracionalidades (SANTOS, 2006, p. 114).

Nesse contexto, sendo o processo ainda muito recente, buscamos analisar a reação dessa população habitante, assim como dessas diferentes espécies de ações coletivas diante do chamado Projeto de Revitalização da Região do Porto do Rio, tanto no que se refere a suas expectativas quanto às mudanças, como também, ao que toca à participação desses atores no processo que vem ocorrendo. Isso porque as imagens esplendorosas representadas nas simulações das obras (Figuras 3 e 4), que segundo o discurso indicam o renascimento de uma área, possivelmente não correspondem ao sentimento de espoliação por parte dos cidadãos, que vêem nas empreitadas revitalizadoras uma séria ameaça à sua forma de vida social e à sua identidade urbana<sup>2</sup>. Isso porque, a partir da observação de experiências anteriores, tidas como bem sucedidas, tais processos em geral produzem novas seletividades e afastamentos sociais.

**Figura 3: Representação do projeto para Praça Mauá**



Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/>

**Figura 4: Representação do Projeto para a Rua Barão de Tefé.**



Acreditamos na importância dessas ações já que a instauração de um pensamento único, que é reforçado na avaliação de cada projeto de modernização urbana feita com base em conjunto de parâmetros arbitrários, dificulta a formação de um pensamento crítico. No entanto, está claro que a análise crítica nos permite refletir acerca do papel das imagens hegemônicas, tendo o desafio de romper com a aparente unanimidade e propondo então novas leituras e interpretações.

<sup>2</sup> Além de Sanchez (1999) essa discussão também é trazida pelo projeto “Made in Barcelona”, um projeto integrado por pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidad Autónoma de Barcelona juntamente com ativistas sociais, que vêm desenvolvendo trabalhos em bairros atingidos pelas grandes operações urbanísticas e ambientais que antecedem o “Fórum das Culturas – Barcelona 2004”.

Corroboramos com Santos (2006, p 158), ao apontar que o principal papel dos intelectuais, nesse novo momento, seria

“muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da nação ativa – tarefa importante, mas insuficiente, nas atuais circunstâncias -, devendo empenhar-se por mostrar analiticamente, dentro do todo nacional a vida sistêmica da “nação passiva” (na verdade é ativa) e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada do espaço social pela chamada nação ativa (na verdade passiva)<sup>3</sup>”

Diante disso, vários questionamentos foram feitos no sentido de aferir a que medida esse projeto vem sido concebido com a participação popular e se vem incluindo de fato as demandas e necessidades da população que ali vive; e principalmente se a forma como tal espaço está sendo representado e pensado pelos gestores do projeto apresenta relação com os anseios dessa população. Para tanto, temos que analisar de que forma esse canal entre sociedade civil e poder público se constitui e se há de fato abertura por parte do poder público para receber tais demandas. Por outro lado, como foi dito, um dos objetivos fundamentais dessa pesquisa consiste em observar as formas de mobilização por parte dos moradores e grupos que ali atuam e em que medida essas mobilizações se deram pela iminência do início da Revitalização da Região. A partir disso estamos analisando o perfil dessas mobilizações e de seus atores, assim como acompanhando sua continuidade ou não, suas conquistas, dificuldades, contradições, frustrações e etc.

Outro ponto interessante que surge nessa análise se refere à grande parte da população da cidade (moradores dos bairros ou não) que se mantém alheia ao processo, limitando-se à passividade de quem assiste as notícias parciais e seletivas da mídia pelas questões mais variadas possíveis.

Tendo tais objetivos pontuados foi necessário definirmos o perfil da população que vive no bairro e em que condições eles se encontram. É fundamental também, nesse sentido, entendermos em que contexto se deu a ocupação naquela área e quais foram as principais intervenções espaciais ali já aplicadas, para buscarmos compreender as ações e os atores que participam na formação daquele espaço e então quais serão as conseqüências da inserção de novas dinâmicas e novos atores, além da resultante dos jogos de interesses em tal formação, já que o espaço está em constante transformação.

## **Metodologia e Procedimentos**

Acreditando que pensar as cidades e o urbano a partir do debate marxista, obviamente não de forma dogmática, e de sua associação com o reconhecimento dos interesses de classe ainda contribui bastante para desvelar a realidade. O pensamento dialético parte da compreensão dos processos, dos fluxos e das inter-relações, por isso somente é possível entender os atributos (qualitativos ou quantitativos) daquilo que se almeja estudar através da compreensão dos processos e relações que aquilo venha a internalizar.

Portanto, é preciso esclarecer que estaremos trabalhando, no que concerne ao método, a partir daquilo que denominamos materialismo histórico geográfico. A associação histórico-geográfico tem o objetivo de explicitar a necessidade de tomar parte na dialética o espaço e o tempo. Estaremos buscando as tensões, os conflitos; os momentos em que se encontram homogeneização e fragmentação, aproximações e afastamentos, ordem e desordem,

---

<sup>3</sup> Tomemos o caso do Brasil. É mais que uma metáfora pensar que uma das formas de abordagem da questão seria considerar, dentro da nação, a existência, na realidade de duas nações. Uma nação passiva e uma nação ativa. Do fato de serem as contabilidades nacionais globalizadas - e globalizantes-, a grande ironia é que se passa a considerar como nação ativa aquela que obedece cegamente os desígnios globalitários, enquanto o resto acaba por constituir desse ponto de vista a nação passiva.

Serão mesmo adequadas essas expressões? Ou aquilo a que desse modo, se está chamando de nação ativa seria, na realidade, a nação passiva, enquanto a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa? (SANTOS, 2006, p 156)

acomodação e inquietação, conformação e inconformismos, imobilismos e (re)ação (FERREIRA, 2007).

Nessa linha, Henri Lefebvre, outro autor referencial nesta pesquisa, em seu livro intitulado “Espaço e Política”, busca elaborar uma teoria sobre a problemática do espaço tendo como base o processo de reprodução das relações sociais de produção; enfoque que o diferencia das demais ciências que pensam o espaço. Segundo ele, nos designados centros a reprodução desse processo se realiza em cada atividade social inclusive naquelas que parecem mais indiferentes, como os lazeres, a vida cotidiana, o habitar e o habitat, o uso do espaço.

Falando da problemática do espaço Henry Lefebvre (1972) mostra a necessidade de abordagem de questões particulares como, por exemplo, a da profissão. Isso porque a problemática do espaço rejeita a separação entre o arquiteto e o urbanista, pois se estes dividem o espaço, o fazem como os demais agentes do espaço, sendo diferente apenas a escala de atuação de cada um. Na do primeiro prevalece a escala micro e para o urbanista a escala macro. Eles o recortam, o retalham, cada um a sua maneira e desde então a fragmentação parece teoricamente justificada. A partir daí, o global escapa, foge.

As parcelas recortadas neste vasto campo pelas especialidades – que são reforçadas pelo crescimento ilimitado do quadro sociopolítico do capitalismo que nelas se apóia – implicavam no ocultamento da escala global, o deixando-a na sombra criando um campo cego. Nesse sentido um dos objetivos principais nesse esforço de teorização seria buscar onde se pode situar no espaço e no tempo a possibilidade do desvelar, sendo assim, necessário superar a fragmentação articulando os níveis micro e macro.

A ação da burocracia estadista, o ordenamento do espaço segundo as exigências do modo de produção capitalista, tendo como prática essencial fragmentação do espaço para a venda e para a compra seriam pontos fundamentais de análise e é através desse enfoque que buscamos analisar o processo que vem ocorrendo na aérea onde se concentra nossa pesquisa.

Com isso, quando nos referimos aos movimentos sociais podemos constatar hoje um movimento de institucionalização das ações frente o poder de cooptação do Estado através de projetos sociais dos governos em diferentes níveis jurisdicionais. Apesar de se apresentar de forma cada vez mais forte, esse fato não é novo e nem se resume à realidade brasileira.

Nesse sentido talvez a grande ruptura de Marx com Hegel se dê na questão do Estado. Nós sabemos que para Hegel, o Estado consolida e complementa a sociedade (sem ele se desagregariam os elementos e os momentos da realidade social, ou seja, profissões, corporações, a família, enfim, as necessidades e as regulamentações). Para Marx, ao contrário, o Estado é apenas uma instituição que depende de suas condições históricas. O sistema hegeliano, nesse sentido, inibe a ação, por sua vez, Marx entrou no pensamento como homem da ação; elabora uma estratégia para que contestemos e neguemos as instituições existentes, porque não podia admitir um sistema que sacralizasse o Estado e o direito existentes. Nesse sentido, o espaço ganha grande força, pois se o Poder ocupa o espaço, é no cotidiano que tais relações de poder podem servir como acomodação ou inquietação (FERREIRA, 2007).

No mesmo sentido atribuído por Marx ao “produto-mercadoria” podemos falar nas “cidades-mercadoria”. Este produto, como demonstramos, através da circulação simbólica, se mostra-se aparentemente terminado e traduzido em imagens urbanas, tornando difícil a identificação de seu processo de construção. Tendo isso em vista, seguindo o caminho de Marx, direcionar o olhar para a gênese da mercadoria - no caso a “cidade-mercadoria”- nos permite revelar os sistemas sociais, econômicos e culturais, os arranjos de poder, as hierarquias e os jogos de interesse que compareceram para construí-la.

Lefebvre (1972, p.33) reforça o pensamento de Marx quando, tendo o espaço como produto social, afirma que o processo de produção do espaço está vinculado a grupos particulares que se apropriam dele (o espaço) para geri-lo e explorá-lo. Sendo assim, a análise crítica seria um meio de definir “como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatável foi produzido (...)”

Já no que se refere aos procedimentos da pesquisas constituíram-se de: consulta a uma bibliografia que vem contribuindo para estruturar o estudo em curso; pesquisa acerca dos projetos e estudos realizados pela prefeitura sobre a zona portuária do Rio de Janeiro e que seguramente vai balizar os projetos de revitalização dessa área; entrevistas com participantes e líderes de movimentos sociais ou coletivos como, por exemplo, um dos idealizadores do movimento chamado “Porto Cultural” do qual falaremos mais tarde ou do até então auto-intitulado Conselho de Gestores da Região Portuária.

Além disso, no prosseguimento da pesquisa estão sendo realizados alguns trabalhos de campo a fim de se observar empiricamente tais movimentos sociais, e ações coletivas, os diferentes usos do espaço público e se possível os conflitos e tensões decorrentes do processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro e revitalização dos bairros, assim como se buscará ouvir os moradores e os demais interessados na discussão desse projeto.

Tendo em vista o exposto, selecionamos moradores, agitadores culturais, e ativistas sociais que já possuem um histórico de atuação nos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, assim como associações culturais, ONGs, movimentos sociais como os Sem-Teto e outros coletivos que atuam nesses bairros e arredores. Para isso foram preparados questionários abertos para os moradores e para os representantes de tais movimentos coletivos. Tais questionários foram um ponto de partida para que fossem identificados alguns movimentos que vem se organizando na região, com a participação de alguns moradores e outras associações de diversos tipos, como forma de contrapartida à apresentação do projeto de revitalização.

Nessa perspectiva, concluímos a explanação sobre metodologias e procedimentos citando novamente Lefebvre (1972, p. 38): “a relação da teoria com a prática não é uma abstração transcendente a uma imediatidade ou a um concreto anterior. A abstração teórica já está no concreto. É preciso revelá-la. No seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço.”

## **Resultados e Considerações finais**

Estando este trabalho, todavia em andamento e sendo processo analisado muito recente, se encontrando em seus primeiros momentos, preferimos, nesse ponto, fazer algumas considerações e apontamentos sobre o que se pôde aferir até então.

Num primeiro momento da pesquisa nos debruçamos sobre questões acerca da caracterização dos movimentos sociais e dos demais tipos de organização de ações coletivas que surgem na contemporaneidade e que não necessariamente devem ser caracterizados como movimentos sociais. Ao analisar a conceituação de movimentos sociais elaborada por diferentes autores, com enfoque principal em Alain Touraine, encontramos algumas dificuldades para encontrar movimentos hoje atuantes que se encaixavam exatamente em tais conceituações.

Percebemos então que grande parte das ações coletivas que existem hoje se apresenta sob forma das chamadas Organizações não Governamentais (ONGs). Diante desse fato passamos a nos questionar o que isso significava para os movimentos de reivindicação e se tais organizações poderiam ser consideradas movimentos sociais. Isso porque, uma característica fundamental dos movimentos sociais é que esse é fruto de uma vontade coletiva, representando, segundo Maria da Glória Gohn (2008), ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural, além de ser uma forma de pressão política. Nesse sentido vemos que os movimentos sociais surgem de forma espontânea e aí encontramos o ponto chave de diferenciação entre ONGs e movimentos sociais.

Com isso podemos dizer que a institucionalização de novas formas de relação principalmente frente à figura do Estado está cada vez mais evidente. Principalmente devido à necessidade de recursos financeiros para levar a diante sua ação as ONGs acabam por se alinhar com as instituições governamentais, a partir de projetos sociais, e em contra partida se

vêm obrigadas a seguir uma série de normas que acabam por descaracterizar e enfraquecer esse tipo de ação política. Ou seja, ao contrario dos movimentos sociais que surgem espontaneamente a partir de uma convergência de uma vontade coletiva de transformação as ONGs se organizam de cima pra baixo e muitas delas acabam por se comportar mais como empresas do que como movimentos sociais. Alain Touraine (1989), nesse sentido coloca, entre outras diversas limitações aos movimentos sociais, sua subordinação à ação do Estado como uma das mais evidentes.

Num segundo momento, a partir do estudo sobre o processo de metropolização e da busca do entendimento sobre os códigos e práticas que dele resultam, e aos quais os lugares ficam submetidos; associado com as buscas de materiais e entrevistas que nos esclarecessem as principais ações e objetivos do Projeto de Revitalização do Porto do Rio, para nós ficou evidente a relação estreita entre este e aquele.

Mesmo com o material superficial e técnico disponibilizado pela prefeitura, ou a partir das notícias tendenciosas através da qual a mídia apresentou o Projeto podemos constatar a relação de tais aspirações de tal projeto urbanístico, posto como prioritário pela prefeitura, e as necessidades da instalação de novas formas que atendam à demanda de fluidez para expansão do capital. Não foi à toa que no decorrer das entrevistas realizadas e nas reuniões de moradores que pudemos presenciar mais de uma vez tal projeto era referenciado através do termo “revitalização do capitalismo”.

Nessa revitalização novos espaços são produzidos através das festejadas PPP's produzem novas seletividades e afastamentos sociais promovendo repetição em série de modelos tidos como bem sucedidos produzindo espaços públicos que não passam de cenários para uma sociabilidade fictícia que por sua vez produzem estetização das relações sociais (SANCHEZ, 1999).

Contudo, tal estratégia, que é estruturada verticalmente, em escala mundial, não está tão somente ligada a práticas, mas também a produção e propagação de um discurso carregado de ideologia que se por um lado está relacionado aos interesses dos atores hegemônicos que atuam em diferentes escalas por outro se propõe único, com tendência homogeneizante. Tais discursos e suas imagens correspondentes são instrumentos fundamentais para a promoção e legitimação desses novos projetos de cidade nas quais a cultura e o lazer mercantilizados são promovidos como pólos de atratividade turística geradores de renda. Nesse sentido é fundamental apontarmos que tais noções e modelos não são dados objetivos e consensualmente aceitos e sim noções socialmente construídas. Nos dizeres de Lefebvre (1972) “tais projetos parecem claros e corretos porque são projeções visuais sobre o papel e sobre um plano de um espaço, desde o início, posições.”

No entanto, como já foi dito o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Além disso, cada lugar apresenta sua singularidade e se desenvolve de forma específica. Nos bairros sobre os quais estamos nos debruçando nessa pesquisa não seria diferente. Como pudemos ver Saúde, Gamboa e Santo Cristo, em sua história apresentam fatos notórios que muitas vezes se confundem com a própria história da cidade do Rio de Janeiro. Esses espaços, até hoje representaram fragmentos testemunhas de resistência, por um lado, e esquecimento, por outro, frente à tendência de homogeneização. São testemunhas de ritmos diferentes de desenvolvimento do capital e de organização da vida social.

Nesse sentido, temos que o espaço se apresenta como mediato e imediato. Isso porque por um lado pertence á uma ordem próxima, a ordem da vizinhança e uma ordem distante, a sociedade, o Estado (LEFEBVRE, 1972). Tais interesses divergentes deveriam a principio encontrar unidade na atuação do Estado. E dessa forma, a resultante da intervenção nesses espaços e dos jogos de poderes que surgem a partir delas é imprevisível. No entanto, com a análise experiências anteriores e pela evidente desigualdade de forças a tendência é de aumento das desigualdades espaciais, das seletividades e conseqüentemente da segregação.

Foi nesse momento da pesquisa que se tornou fundamental a realização de sucessivos trabalhos de campo à região estudada para que por um lado pudéssemos conhecer melhor as

singularidades desses lugares tanto no que se refere ao seu processo histórico quanto a sua situação atual. Tínhamos como objetivo ainda observar a maneira como o projeto vem sendo elaborado por parte do poder público, como vem sendo apresentado para os diferentes interessados e como tem sido as possíveis reações por parte dos grupos e moradores locais.

Tendo isso em vista, nos deparamos com duas principais formas diferentes de organizações coletivas que se originaram frente à preocupação com a iminência da concretização do Projeto de Revitalização da Região Portuária.

O primeiro se denominava “Porto Cultural”. Com esse nome os diferentes grupos ligados a atividades culturais localizadas no bairro, entre blocos de carnaval, escolas de música, grupos de teatro entre outros, assim como algumas associações de Moradores, como, por exemplo, a do Morro da Conceição, estão se reunindo para debater o Projeto buscando formas de se inserir nas ações por ele apresentada. Entre os grupos que estão participando podemos citar a escola de percussão “Batucadas Brasileiras”, o Afoxé Filhos de Gandhi, o bloco carnavalesco Vizinha Faladeira, o grupo de teatro chamado “Grande Companhia de Mistérios e Novidades” e etc. Até aqui algumas entrevistas indicaram que mais se debateu do que se chegou à conclusões e que alguns impasses entre os enfoque no desenvolvimento cultural de alguns grupos e as demanda por parte dos moradores tem engessado as reuniões. No entanto consideramos, ainda assim, fundamentais e enriquecedores tais espaços de debates que com o tempo podem gerar ações que representem a contra-racionalidade do lugar.

Paralelamente a esse encontramos outro grupo que tem se reunido no Centro Cultural José Bonifácio com o nome de “Reunião de Moradores e Gestores da Região Portuária”. Esse grupo, por sua vez, é formado por aproximadamente trinta pessoas entre elas parte integrante dos grupos culturais que atuam na região, ativistas sociais, integrantes das ocupações de sem-teto existentes na região, e antigos moradores dos bairros que moram ali entre dez e quarenta anos.

Durante as reuniões que pudemos acompanhar observamos a preocupação recorrente com a força tanto econômica e política dos atores envolvidos no projeto de revitalização. O sentimento mais geral que se pode sentir nos depoimentos é de insegurança já que o projeto de forma alguma foi esclarecido para essa parte dos interessados que há anos e diariamente produzem tais espaços. O medo é que os custos desses empreendimentos sejam socializados com a valorização dos bairros inviabilizando a permanência dessa população que tradicionalmente ocupou a região fazendo desses espaços o locus de reprodução de suas vidas. A partir disso, um dos pontos que mais chama atenção é a preservação da memória dos bairros, onde, entre outras coisas, nasceu a primeira escola de samba chamada Vizinha Faladeira, o Clube de Regatas Vasco da Gama e onde está localizado um cemitério de escravos que hoje faz parte do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), criado e mantido por uma moradora da Gamboa.

Diante da aparente inevitabilidade da implantação do projeto de revitalização e da força dos agentes que estão sendo chamados a participar desse projeto surgiu a idéia da criação do denominado “Conselho de Gestores da Região Portuária” que seria um instrumento através do qual seria possível unificar as demandas para que, a partir de representações locais, se tentasse integrá-las aos projetos para a região. Nesse caso a unificação das demandas em cada área (saúde, educação, trabalho, lazer e etc.), através do debate entre membros do conselho e outros moradores, seria fundamental para que tais reivindicações apresentassem peso social frente o poder público. Outro ponto muito importante apresentado durante as reuniões do conselho foi que a partir dessa representação seria possível a criação de um canal com o poder público através do qual se conseguisse a exposição clara dos programas do projeto Porto Maravilha.

Nesse sentido alguns pontos recorrentes nas entrevistas e nas reuniões foram primeiramente a unilateralidade por parte do poder público que na elaboração do projeto em poucos momentos chamou a população e seus representantes locais a participar. Sendo assim do pouco que se divulgou dos projetos não há menção aos moradores e suas demandas e nem

aos grupos que lá atuam o que reforça a idéia de que o resultado de tais intervenções tenda à exclusão social. Além disso, há certa indignação quanto aos projetos elaborados e discutidos e governos anteriores, que se por um lado foram feitos com o dinheiro público por outro não foram aproveitados no projeto atual.

Essas tentativas de mobilização por essa parte da população desses bairros caracterizariam o que Milton Santos (2006) chama de solidariedade horizontal que se fazem historicamente e se fortalecem no cotidiano a partir de um debate interno, que levariam a ajustes inspirados na vontade de reconstruir, em novos termos a própria solidariedade horizontal. No entanto, essa solidariedade horizontal correria o risco de ser sufocada pela constituição de uma solidariedade vertical que se constituiria entre os atores hegemônicos excluindo qualquer possibilidade de um debate local eficaz.

Infelizmente vemos que divergências internas ao grupo, no que se refere às demandas e às formas de ação por parte do grupo, acabam por enfraquecer também a iniciativa de mobilização, pois a unidade necessária à constituição do peso social fica mitigada. Outro exemplo de impasses que pudemos foi o preconceito existente por parte dos moradores em relação a ocupações o que faz com que aqueles que lutam contra o processo de exclusão acabem por ter idéias segregadoras. No entanto, ainda assim tais mobilizações seriam fundamentais, pois mais uma vez citando o mestre Milton Santos

“É dessa forma que na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional” (2006, p. 133)

Mesmo assim, é necessário destacar que mesmo com a mobilização dessa parte dos moradores e dos grupos que atuam nos bairros é evidente que a participação popular nesse processo de debate é relativamente baixa estando a maioria dos moradores inertes e alheios às propostas de reestruturação dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Nesse sentido fica evidente que as mudanças originadas pelo processo de globalização, hoje o mundo do consumo se transformou no grande espaço de socialização das relações sociais. Isso somado ao grande desenvolvimento das técnicas de informação faz com que haja o crescimento exponencial do individualismo de forma que os indivíduos passem a estar mais centrados em si próprios, em seus desejos e interesses ligados à saúde, educação e lazer... As demandas não estão mais organizadas em torno de um princípio central. Esse ponto, sem dúvidas, é mais um ponto fundamental nesse estudo sobre os movimentos sociais no contexto da globalização.

Outro ponto que tem nos chamado atenção é que grande parte dos movimentos sociais que hoje atuam estão reivindicando questões restritas ao local muitas vezes se esgotando quando logram sua demanda. Infelizmente hoje encontramos uma séria dificuldade de relacionar problemas da escala local, que atingem as pessoas no âmbito do lugar, com ações que se passam pela escala global e que se irradiam das grandes centralidades.

Por outro lado os movimentos de contestação de caráter global se apresentam cada vez mais virtuais e restritos a manifestações de indignação e apoio através de abaixo-assinados na internet. No entanto, como pretendemos demonstrar, no desenvolvimento desse estudo, a escala global e local estão hoje profundamente relacionadas e muitas ações que ocorrem em locais distantes trazem grandes conseqüências para o local e daí surge todas as transformações que o processo de metropolização vem originando.

O que vem ocorrendo é naturalização de determinadas práticas que mitigam a percepção das fraturas sociais – que são também espaciais – e que podem contribuir para formação de movimentos de luta. Estamos falando da luta pela apropriação do espaço a partir da busca de racionalidades alternativas. Ribeiro (2005, p. 421) afirma que tais racionalidades ainda estão em processo de sistematização, mas que ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. Nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (SANTOS, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que

anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global.

Assim sendo, outro momento importante no qual estávamos presentes foi a apresentação para a população do projeto Porto Maravilha foi realizado no Conselho Comunitário de Segurança que é realizado mensalmente em vários bairros do Rio de Janeiro. Na ocasião, o coordenador do Projeto, membro do IPP, Antônio Correa apresentou o projeto como sendo prioridade e colocando-o como o mais importante para o governo municipal. O coordenador apresentou as primeiras obras necessárias para, em suas palavras, requalificar tais espaços modificando completamente sua configuração.

A primeira fase do projeto incluiria somente o bairro da Saúde e seria de responsabilidade da secretaria de urbanismo, o que justificaria a não inclusão de ações em outras áreas, como, por exemplo, saúde ou educação. No entanto, ficou evidente que os documentos técnicos ou políticos de maior difusão, como o apresentado nessa reunião, não apresentam preocupações em qualificar com rigor as noções e conteúdos que trabalham. Sendo assim sempre quando questionado pelos moradores presentes na reunião Antonio Correa alegava ser um técnico e não político e portando não estaria apto a responder determinadas questões, o projeto foi apresentado como pronto e fechado não havendo possibilidades de propostas e modificações.

Ou seja, a apresentação do projeto foi realizada, no entanto o debate e a apreciação das demandas da população mais uma vez não foi possível. Nesse sentido constatamos que infelizmente os conflitos sociais gerados pela imposição de uma reestruturação urbana e as questões trazidas por movimentos de resistência são minimizados e esvaziados de seu conteúdo político na linguagem oficial sobre a cidade (SANCHEZ, 1999).

Aqui cabe ressaltar que a possibilidade de participação popular no debate acerca de projetos dessa magnitude não constitui uma discricionariedade por parte do poder público. Pelo contrário o Estatuto da Cidade e o plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro prevêm explicitamente que só assim se poderia construir um espaço de fato democrático que atenda aos anseios e demandas da população. Mais que isso o plano diretor da cidade do Rio de Janeiro prevê um instrumento denominado Relatório de Impacto de Vizinhança que foi solenemente ignorado pelo governo municipal. Tal relatório teria aplicação automática e seria destinado à avaliação dos efeitos negativos e positivos decorrentes da implantação de um empreendimento econômico em um determinado local visando a identificação de medidas para a redução, mitigação ou extinção dos efeitos negativos.

Todavia o que vem ocorrendo não é a ausência do Estado ou sua diminuição frente aos agentes econômicos. O que vem ocorrendo é a omissão quanto ao interesse da população, por um lado, e por outro, seu fortalecimento ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2006). Com isso vemos que a cidade virtual criada a partir desses modelos utópicos pode revelar-se uma máscara para a especulação e para os grandes investimentos, empreendimentos. Ou o que é pior o estimulado civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substancial do cidadão (SANCHEZ, 1999).

Tendo em vista o exposto, acreditamos que muitos questionamentos nos restam e muitos outros surgirão no decorrer da concretização desse projeto apresentado e de seus encadeamentos. No entanto, não podemos esquecer que em outubro de 2010 serão realizadas eleições municipais e ainda escolheremos o novo Presidente do Brasil. Nesse sentido pode ser que a configuração política que está tornando tal projeto mais viável do que nunca se desfaça e nos deparemos com o velho problema da falta de continuidade. Ou seja, apesar da aparente concretização desse projeto, que tem o início das obras marcado para outubro deste ano, o que de fato se tornará uma realidade ainda é uma incógnita.

Nesse sentido, reiteramos a importância da mobilização da população mais interessada e também que a população da cidade como um todo esteja atenta à esses acontecimentos, porque mesmo que o projeto tenha sido apresentado pronto e fechado, há possibilidade de participação popular no debate que leve à construção de um espaço que de fato corresponda

ao sentimento de grande parte da sociedade e não só às necessidades e interesses de um pequeno grupo.

Nesse contexto, é comum ouvir comentários de que não há mais movimentos sociais, ou que não passam de meros ativismos sem maiores pretensões. Não compactuamos com tais afirmações, pois acreditamos que os espaços de representação são construídos no cotidiano e que por mais que os movimentos pareçam estar perdidos em um grande labirinto (construído, muitas vezes, a partir das representações de uma ordem distante do lugar), é justamente na busca das tensões entre os diversos agentes e atores que produzem o espaço urbano que encontraremos o melhor caminho não só para a análise dos conflitos sociais, mas também para a transformação do estado de coisas atual. Por tais motivos apresentados nessa exposição é que pretendemos dar prosseguimento a esse estudo.

## Referências

- 1- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. Ed. Rio de Janeiro, IPP, 1987, p. 16-25.
- 2- CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo
- 3- COMPANS, Rose. **Intervenções de recuperação de zonas urbanas nas centrais: experiências nacionais e internacionais**. EMURB. Ação para o Centro de São Paulo. EMURB, 2004, cd – rom.
- 4- DELGADO, Gilda. MARTINS, Maria Alice (Org.) **Perfil: Gamboa, Santo Cristo, Saúde. Prefeitura do Rio de Janeiro**, IPP, Março 2003.
- 5- FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>> [ISSN: 1138-9788]
- 6- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- 7- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. Ed. São Paulo Edições Loyola, 2000.
- 8- LEFEBVRE, **Espaço e Política**. Editora ufmg, Belo Horizonte, 1972
- 9- LEHER, Roberto (org). **Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis**. Cortez Editora, São Paulo, 2005.
- 10- LENCIONI, Sandra. **Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização dos espaços**. In: Lemos, Amália Inês Geraiges; Carlos, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade..* 1 ed. São Paulo: Contexto, 2003, v., p. 35-44.
- 11- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias (In ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*). (136-144 e 152-192)
- 12- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000, p.176-185.
- 13- PECHMAN, Roberto Moses. (Org.). **História dos Bairros – Saúde, Gamboa, Santo Cristo – Zona Portuária**. Rio de Janeiro, Ed Índex, 1987
- 14- RODRIGUES, A. M.. **A Cidade como Direito**. In: IX- Colóquio Internacional de Geografia Crítica - Los Problemas del Mundo actual, 2007, Porto Alegre. IX Colóquio Internacional de Geografia Crítica 2007.
- 15- SANCEZ, Fernanda, MOURA, Rosa. **Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?** Cadernos IPPUR, n. 02, Ano XIII, ago-dez 1999.

- 16- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 13 Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- 17- VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, maio 1999.
- 18- Consulta ao site do IPP : <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/> consultado em junho de 2009.